

Educação e classe social: o papel da classe média na formação do sistema de escola pública, na França (1880-1940) e no Brasil (1889-1940)

DÉCIO SAES

São Paulo: Amazon, 2020. E-book.

*Lucas Barbosa Pelissari**

O livro resenhado é resultado de pesquisa sociológica desenvolvida por Décio Saes e guiada pelo seguinte problema: “que grupo social dirige a formação da escola pública na transição ao capitalismo?”. O caminho metodológico escolhido é a sociologia comparada em educação, estabelecendo semelhanças e diferenças entre dois casos específicos: o francês (1880-1940) e o brasileiro (1889-1940).

Do ponto de vista dos estudos em educação, a análise é original por dois motivos. Em primeiro lugar, a metodologia não é usualmente adotada por trabalhos de Sociologia da Educação. Não me refiro à dimensão comparada do estudo, mas ao fato de ser orientado pela observação dos conflitos de classe que entrecortam o processo de transição entre modos de produção. Dessa forma, o livro está centrado em uma das preocupações que fundamentam o marxismo como Ciência Social.

O segundo aspecto de originalidade consiste na tese central defendida pelo autor. Para Saes, o agrupamento dirigente do processo de instauração da escola pública capitalista não é nenhuma das classes fundamentais desse modo de produção. Esse papel de direção é, na verdade, cumprido pela classe média, fato verificado tanto no caso francês como no brasileiro.

* Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) do Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: lucas.pelissari@ifpr.edu.br

Os dois aspectos mencionados revelam a teoria assumida. Um dos pontos de partida do trabalho considera a inviabilidade do monopólio estatal na educação capitalista, dadas as características do tipo de Estado correspondente: é constituído por um corpo burocrático incumbido da manutenção da ordem social e se baseia no princípio da igualdade entre cidadãos. Nessas condições, o Estado acaba conciliando os interesses, de um lado, por escola pública e gratuita (junto aos direitos que compõem a condição de cidadania) e, de outro, por liberdade de ensino. O resultado é a coexistência, ainda que em quantidades diferentes, entre educação estatal e escolas privadas ou confessionais.

Décio Saes parte também do conceito althusseriano de ideologia. Assim, o autor busca na configuração da ideologia teórica da classe média os elementos que ocultam sua ideologia prática (“orgânica”), caracterizada pela defesa de sua superioridade em relação aos trabalhadores manuais e pela consequente manutenção da distância social relativa a esse grupo. O autor, no entanto, não recorre unicamente às concepções pedagógicas da classe média, mas, principalmente, à ação de partidos ou associações que a representam em cada situação nacional. Eis, pois, os conceitos fundamentais que alicerçam o desenvolvimento do estudo.

Além de uma apresentação e de uma introdução, o livro é dividido em três capítulos. O caso francês é estudado no primeiro deles. Para o autor, a classe média francesa assume, ao longo da Terceira República, posição progressista, direcionada a uma democratização social relativa. Conflita-se com a Igreja e a aristocracia, pois lhe interessa a consolidação da República. Mas, também, não assume princípios socialistas e tem contradições com o proletariado, já que o núcleo de seu programa máximo é limitado à democratização da propriedade privada individual. O progressismo da classe média francesa, em qualquer um dos dois subgrupos nos quais se dividiu (moderados ou radicais), limitou-se à luta pelo aperfeiçoamento do aparelho estatal capitalista.

Saes mostra que esse cenário foi o terreno fértil para a luta da classe média por uma escola única republicana e laica, acessível às grandes massas. Esse seria um instrumento fundamental de garantia dos princípios meritocráticos capazes de sustentar o discurso (ideologia teórica) de que cada cidadão obtém sucesso na vida pessoal a partir do esforço individual. Apesar de sofrer resistências, a proposta de escolarização primária obrigatória foi aprovada já em 1881. No início da década de 1930, a obrigatoriedade e a gratuidade passam a incluir o ensino secundário, evidenciando a amplitude da luta republicana por um Estado garantidor da cidadania. O autor conclui o capítulo mostrando que, ao longo desse período, a solidariedade social comtiana foi a doutrina comum entre positivistas e protestantes no campo educacional, acionando um paternalismo que serviu perfeitamente à classe média.

A abordagem do segundo capítulo, que trata do caso brasileiro, é semelhante àquela do primeiro. Porém, no segundo, Saes separa o processo em dois períodos: Primeira República (1889-1930) e nacional-populismo (1930-1964). A separação se deve ao fato de que o aparelho de Estado brasileiro resultante da revolução

burguesa é dual, havendo uma estrutura nacional e várias estruturas regionais. Consequentemente, verificam-se dois processos de constituição de sistemas de educação pública distintos e, ao mesmo tempo, complementares.

Na Primeira República, são formados os sistemas regionais tendo como principais representantes o estado de São Paulo e o chamado grupo escolar, modelo de escola pública primária que instaura a educação gratuita para os filhos da classe média. Trata-se do resultado da ação política da classe média paulistana que busca a sua consolidação como segmento tipicamente capitalista, lutando pela implantação de uma instituição meritocrática com sólida formação elitista. Filosoficamente, o evolucionismo anglo-saxão sustentou a noção de uma elite como agente da transformação brasileira, calcada no ideal revolucionário e antiescravagista de uma sociedade livre, racional e branca.

Já o período nacional-populista é caracterizado por um processo de diferenciação ideológica que produz uma nova classe média. Esse setor dirige a pressão por um Estado intervencionista que culmina com a Revolução de 1930. No plano educacional, o delegacionismo do período anterior é substituído por maior centralização, ao mesmo tempo em que se torna necessário incorporar os interesses de progresso, evolução cultural e integração da nova classe média.

Mesmo em um período de “recomposição política das classes dominantes” (palavras de Dermeval Saviani, citadas por Saes), a nova classe média assume a direção da criação das novas instituições. O resultado foi um sistema educacional que articulou democratismo e realismo, este último expresso na compartimentação educacional no ensino secundário. Nesse nível de ensino, o novo Estado estabeleceu a dualidade entre a escola técnica para os filhos dos trabalhadores e a escola propedêutica para os segmentos médios e dominantes. Isso tudo no bojo da ideologia desenvolvimentista, hegemônica na nova classe média e diretamente vinculada ao compromisso do Estado com as frações burguesas, notadamente com o empresário industrial. Em termos de doutrina pedagógica, nosso autor demonstra que a articulação entre democratismo restrito e realismo capitalista orientou a principal corrente do período, o escolanovismo.

No terceiro capítulo, são feitas as considerações comparativas. Em ambos os casos, a classe média se compõe de trabalhadores não manuais que assumem posições e ações intermediárias na luta de classes do período, buscando preservar seu lugar na hierarquia social. Eis o principal fator de unidade, que implica no papel dirigente cumprido pela classe média. De outra parte, em cada país, esse agrupamento seleciona diferentes alvos em sua ação coletiva, já que a transição ao capitalismo partiu, segundo Saes, de distintos modos de produção (feudal, no caso da França; escravista mercantil, no caso do Brasil). Os resultados são, em primeiro lugar, ideologias liberais diferentes em cada classe média e, em segundo, sistemas educacionais também com especificidades diversas; a principal distinção é uma escola pública radicalmente democrática, na França, e restritamente democrática, no Brasil.